


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001897-12.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 21/07/2014 16:16:01 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

FERNANDA DENARDI DE ALMEIDA propõe ação contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Foi vítima de acidente automobilístico. Recebeu indenização, pelo seguro DPVAT, de R\$ 13.500,00, em 12/07/12. Todavia, o valor de R\$ 13.500,00, apesar do silêncio da lei Lei nº 6.194/74 após as alterações da MP 340 de 29/12/06, deve ser atualizado, pena de perda de poder aquisitivo da moeda. Sob tais fundamentos, pede a condenação do réu ao pagamento da diferença e indenização por danos morais.

O réu foi citado e contestou. Sustentou, ainda, que a obrigação foi extinta com o pagamento e quitação outorgada pela autora. Que não há a obrigação de atualização do valor da indenização, assim como não se pode falar em danos morais. Pediu a improcedência.

Houve réplica.

O MP apresentou parecer final (fls. 92/96).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O recebimento da indenização do seguro DPVAT no âmbito extrajudicial, ainda que com a outorga de quitação, não impossibilita a cobrança de diferenças decorrentes do pagamento a menor. Jurisprudência pacífica do STJ (por todos: REsp 619.324/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2010, DJe 24/05/2010).

Quanto ao mérito, convenço-me da procedência da pretensão ao recebimento de diferenças.

A alteração introduzida pela MP nº 340/06, que entrou em vigor em 29/12/2006, realmente não previu índice de atualização dos valores das indenizações pagas no caso do seguro DPVAT, sendo, no ponto, aparentemente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

menos benéfica que a regra anterior, que previa reajuste em razão da sua vinculação a salários mínimos.

Todavia, a correção monetária corresponde a um simples mecanismo de recomposição da moeda e deve ser considerada implícita no caso. Se o legislador não previu como deve ser feita a correção, admite-se que esteja autorizada a adoção dos índices normais, aplicáveis a todos os casos de pagamento de dívida com atraso. Não se olvide que a correção monetária, longe de se configurar um 'plus', é mera atualização do valor nominal da moeda ao seu valor real.

Efetuei os cálculos do valor devido, segundo os seguintes critérios: R\$ 13.500,00 são atualizados pela tabela do TJSP, desde 29/12/06; deduz-se o que foi pago extrajudicialmente, em 12/07/12; prossegue-se com a atualização; juros moratórios incidem, à razão legal, a partir da citação em 24/03/14. Segue planilha, que integra a presente sentença.

A planilha, atualizada até esta data, foi necessária porque o autor, na inicial, incluiu juros moratórios desde antes da citação (vg. desde o pagamento a menor) o que não encontra fundamento legal ou jurisprudencial para o caso da cobrança de DPVAT ou diferença (STJ: AgRg no REsp 955.345/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 06/12/2007; AgRg no REsp 936.053/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 15/04/2008; REsp 995.504/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 22/04/2008; AgRg no Ag 998.663/PR, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 4ªT, j. 07/10/2008; REsp 746.087/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 18/05/2010).

A respeito do pedido de indenização por danos morais, deve ser rejeitado, pois o simples pagamento a menor não os gera, segundo regras de experiência.

"Dissemos linhas atrás que o dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que agressão à dignidade humana. Que conseqüências podem ser extraídas daí? A primeira diz respeito à própria configuração do dano moral. Se dano moral é agressão à dignidade humana, não basta para configurá-lo qualquer contrariedade. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou irritabilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenização pelos mais triviais acontecimentos". (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 6ª Edição. São Paulo. Malheiros: 2006. p. 105)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação e CONDENO o réu a pagar ao autor a quantia indicada na planilha a seguir, ou seja R\$ 6.547,94, com atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios, ambos a partir da presente data (em que feitos os cálculos); ante a sucumbência recíproca e na mesma proporção (suprimidos os juros moratórios que repercutiam consideravelmente no valor devido; afastada a indenização por danos morais), cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, observada eventual AJG concedida à autora, e os honorários compensam-se integralmente.

P.R.I.

São Carlos, 09 de setembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA